

RESUMO - 04. MULHERES E PRODUÇÃO INTELECTUAL: VISIBILIDADE,
DISPUTAS E PLURALIDADE | HÍBRIDO

**SENTIDOS DO TRABALHO PEDAGÓGICO FEMININO NAS POLÍTICAS
EDUCACIONAIS: DO BRASIL IMPÉRIO À CONTEMPORANEIDADE**

Luisa Palma Menezes (luisa.menezes@acad.ufsm.br)

Natalia Dos Santos Peres (peres.natalia@acad.ufsm.br)

Liliana Soares Ferreira (anaililferreira@yahoo.com.br)

O estudo sistematiza as relações de gênero e a Educação, sobretudo no trabalho pedagógico. Com base na Análise dos Movimentos de Sentidos (AMS), fundamento teórico-metodológico que visa a analisar dialeticamente a totalidade de determinado fenômeno, objetivou-se investigar os sentidos do trabalho pedagógico feminino nas políticas educacionais do Brasil Império até a contemporaneidade. Justifica-se o recorte temporal, pelo processo de feminilização/feminização do magistério no Brasil, ocorrido no século XIX e que segue atualmente reproduzido. O trabalho pedagógico, entendido como trabalho de professores/as, na etapa da Educação Básica, é caracterizado historicamente pela associação entre o trabalho do lar e o trabalho das professoras, sendo ora positivo para o ingresso das mulheres no “mercado de trabalho”, ora dificultando a ascensão da produção intelectual feminina ao restringi-las a essa etapa. Nessa perspectiva, questiona-se: quais sentidos do trabalho pedagógico feminino se evidenciam nas políticas educacionais do Brasil Império à contemporaneidade? Como instrumento de pesquisa, realizou-se uma busca documental às principais Leis, Decretos e Normas Educacionais que impactaram a trajetória feminina, quais sejam: Lei de 15 de Outubro de

1827; Decreto-lei nº 7.247 de 19 de abril de 1879 (Reforma de Leôncio de Carvalho); Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961; Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 (LDB de 1971); Constituição Federal de 1988; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); Lei nº 11.738 / Piso Salarial Nacional do Magistério (2008) e; Lei nº 14.986, de 25 de setembro de 2024. Ao produzir, analisar e sistematizar os dados, alguns sentidos foram evidenciados: a) as Políticas Educacionais desde o século XIX foram tanto instrumentos de emancipação quanto de reprodução das desigualdades de gênero; b) a inserção das mulheres na educação formal, especialmente como professoras, foi acompanhada por uma divisão sexual do trabalho que associou o magistério ao feminino e ao cuidado, contribuindo para sua desvalorização; c) o ingresso tardio de mulheres no Ensino Superior acarretou a invisibilização histórica do trabalho intelectual feminino; e d) a Lei de 2024 é uma das mais recentes que explicitamente reconhece a necessidade de incorporar a perspectiva feminina nos currículos, um passo importante para combater estereótipos caso aplicado efetivamente.

Palavras-chave: trabalho pedagógico; políticas educacionais; gênero.